



# **O CIBERESPAÇO E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: O CASO DE UMA COOPERATIVA DA REGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ (SANTA CATARINA)**

**CYBERSPACE AND SOCIAL PARTICIPATION IN THE CONTEXT OF CREDIT COOPERATIVISM: THE CASE OF A COOPERATIVE IN THE ALTO VALE DO ITAJAÍ REGION (SANTA CATARINA)**

# O CIBERESPAÇO E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: O CASO DE UMA COOPERATIVA DA REGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ (SANTA CATARINA)

## CYBERSPACE AND SOCIAL PARTICIPATION IN THE CONTEXT OF CREDIT COOPERATIVISM: THE CASE OF A COOPERATIVE IN THE ALTO VALE DO ITAJAÍ REGION (SANTA CATARINA)

Rubens Staloch<sup>1</sup> | Clóvis Reis<sup>2</sup>

Recebimento: 22/09/2022

Aceite: 03/07/2025

<sup>1</sup> Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (UDESC).  
E-mail: rsstaloch@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Comunicação (UNAV).  
Docente da Fundação Universidade Regional de Blumenau.  
Blumenau – SC, Brasil.  
E-mail: clovis@furb.br

### RESUMO

O processo de desenvolvimento das sociedades passa pela organização dos territórios e das territorialidades, compreendida neste percurso de pesquisa a partir da categoria de análise da formação sócio-espacial. Tal perspectiva inclui nas reflexões o fenômeno técnico-científico-informacional e o ciberespaço como elementos de significativas mudanças, sobretudo quando abordados sob o ponto de vista da e para a participação social. Nesse marco conceitual, a pesquisa tem por objetivo compreender e analisar a apropriação do ciberespaço para processos participativos no sistema cooperativista. O escopo metodológico é qualitativo e exploratório, a partir do estudo de caso de uma cooperativa de crédito situada na região do Alto Vale do Itajaí (Santa Catarina). Como resultados, se pode destacar a contribuição do ciberespaço para o empoderamento e a participação nos atos assembleares. Por outro lado, observou-se que a apropriação do ciberespaço e das ferramentas tecnológicas se torna fundamental para a participação. Tais conclusões abrem horizontes para discussões sobre dinâmicas sociais recentes, desenhadas no âmbito do ciberespaço e aplicadas ao contexto da participação social no cooperativismo e do desenvolvimento regional.

**Palavras-chave:** Ciberespaço; Participação; Cooperativismo; Desenvolvimento Regional.

## ABSTRACT

Societies development involves the organization of territories and territorialities, analyzed from the perspective of socio-spatial formation in this research path. This viewpoint includes a reflection on the technical-scientific-informational phenomenon and cyberspace as elements of significant changes. In terms of social participation, it is particularly relevant. From this conceptual framework, the research aims to understand and analyze the appropriation of cyberspace for participatory processes in the cooperative system. The methodological scope is qualitative and exploratory, based on the case study of a credit cooperative, which is in the Alto Vale do Itajaí region (state of Santa Catarina). As a result, the contribution of cyberspace to empowerment and participation in assembly acts can be highlighted. On the other hand, appropriating cyberspace and technological tools becomes fundamental for the participation. Such conclusions open horizons for discussions on actual social dynamics when designed in a scope of cyberspace and applied to the context of social engagement in cooperativism and regional development.

**Keywords:** Cyberspace; Participation; Cooperativism; Regional Development.

## 1. INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento das sociedades, certamente, passa pela organização dos territórios e das territorialidades constituídas, incluindo a comunicação entre os indivíduos, desde as mais tradicionais até a apropriação do ciberespaço. Nesse sentido, a problemática da presente pesquisa versa sobre a compreensão do uso do ciberespaço nos processos participativos no cooperativismo de crédito e sua contribuição para o desenvolvimento regional.

Na perspectiva antropológica de Elias (1994), uma sociedade é o resultado de uma porção de indivíduos atuando conjuntamente. Então, no campo científico há necessidade de se compreender e explicar diferentes elementos que compõem as sociedades, sejam estes materiais/físicos/técnicos ou imateriais/simbólicos/sociais. Por este viés de entendimento, a presente pesquisa busca compreender os elementos decorrentes do período técnico-científico-informacional teorizado por Santos (1994), incluindo a perspectiva da apropriação do ciberespaço descrito por Lévy (1999), de forma complementar aos estudos de Staloch (2015), quando relacionou o uso do ciberespaço para mobilizações sociais, e Staloch (2019), quando relacionou de forma propositiva o ciberespaço, participação social e planejamento territorial.



O desenvolvimento regional é um processo dinâmico e multidimensional, resultado da interação entre territórios, atores sociais, políticas públicas e fluxos de informação e comunicação. A construção de caminhos sustentáveis e inclusivos para o desenvolvimento demanda formas de governança que integrem os sujeitos aos processos decisórios, promovendo a participação social como condição para o fortalecimento da cidadania e da coesão territorial. Nesse contexto, a comunicação – especialmente aquela mediada pelas tecnologias digitais – adquire centralidade como instrumento de articulação entre indivíduos, organizações e o espaço em que estão inseridos. O ciberespaço, enquanto dimensão relacional e não física do território, emerge como campo estratégico de atuação para atores coletivos, entre eles o cooperativismo de crédito.

Este artigo investiga a apropriação do ciberespaço como ferramenta de participação social no cooperativismo de crédito, analisando sua contribuição para a ampliação do acesso aos processos deliberativos e para o fortalecimento da governança cooperativa. Parte-se da hipótese de que a comunicação digital, ao permitir novas formas de engajamento, pode colaborar com o desenvolvimento regional ao democratizar a participação, especialmente em territórios periféricos ou distantes dos centros de decisão.

A análise se ancora em um estudo de caso realizado em uma cooperativa de crédito do Alto Vale do Itajaí (SC), utilizando abordagem qualitativa e exploratória. A estrutura do artigo compreende, além desta introdução, quatro seções. A primeira aborda o referencial teórico, com foco nas relações entre formação sócio-espacial, comunicação, cooperativismo e desenvolvimento regional. A segunda seção apresenta os procedimentos metodológicos. A terceira contempla a análise dos dados empíricos coletados junto à cooperativa estudada. Por fim, a quarta seção reúne as considerações finais, refletindo sobre os achados e suas implicações para o campo do desenvolvimento regional.



## 2. FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL, COOPERATIVISMO, CIBERCULTURA E APROXIMAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### 2.1 FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL - TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES

Pode-se compreender o processo de desenvolvimento das sociedades a partir das relações espaço-temporalmente formatadas e sob influência de diversos fatores. Por este motivo, Elias (1994) relatou que uma sociedade é o resultado de indivíduos atuando em conjunto. Pode-se pensar que esta atuação conjunta ocorre sob dois aspectos: 1) interação dos geossistemas, como descreveu Sotchava (1978) e 2) o processo de formação sócio-espacial como elencou Santos (1977; 1978). Assim, para analisar o processo de desenvolvimento territorial somente é possível quando do conhecimento da realidade existente – natureza e sociedade – o que também apresenta significância no/para o desenvolvimento regional.

Por sua vez, pensar em território requer entender o espaço. Este é “dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidades e ação humana” (Santos, 1994, p. 49). Para Santos, “o espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistema de ações, deliberadas ou não” (1994, p. 49). Porém, não é possível entender o conceito de território sem entender a sua relação com o espaço, conforme afirmou Lefebvre (1976) em “Espacio y Política”.

Esta produção de relações é o que Sack (2011 [1986]) define como territorialidade. Estas são constituídas a partir das ações humanas, da tentativa de um indivíduo ou grupo de controlar/influenciar os demais num espaço. O território, neste sentido, diz respeito ao controle de acesso e esse controle é dado mediante as territorialidades constituídas. Raffestin (1993) destaca a importância de se considerar a natureza como elemento presente no território, enfatizando o uso e a transformação dos recursos naturais como instrumentos de poder, entendendo a territorialidade como multidimensional e inerente à vida em sociedade. Desta forma, Souza (1995; 2010) entende o território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.

Com efeito, o conceito de território está em constante transformação e não se define estritamente pelos seus limites físicos, mas, também, pela forma como se produz, em seu interior, a interação social, demonstrando a relevância dos atores para a construção de interações e, considerando a divisão temporal de Santos (1994), se pode inferir que é no período técnico-científico-informacional



que o uso das técnicas de forma mais acentuada permite mudanças ou rearranjos nos territórios, incluindo a perspectiva da apropriação do ciberespaço e contextualização de um ciberterritório.

O ciberterritório pode ser compreendido como “o espaço não-físico de interação social, mediado pelas redes e conexões do ciberespaço, no qual se inserem os diálogos, as mobilizações, as ações e os conflitos inerentes da sociedade, incluindo as transformações sociais que possam derivar em razão de tais interações” (Staloch e Reis, 2015, p. 50).

No cenário contemporâneo, então, pode-se dizer que é inegável que novas formas de relações e interações sociais se manifestem, no ciberespaço, e possíveis de serem apropriadas, seja para mobilizações sociais, como estudou Staloch (2015) ou mesmo, participação social em processos de planejamento territorial apontado por Staloch (2019) e, possivelmente, em muitos outros contextos, o qual torna-se foco deste trabalho explorá-lo no âmbito da participação social no cooperativismo.

A comunicação, especialmente mediada pelas TICs e pelo ciberespaço, é um vetor essencial de articulação de redes sociais, mobilização e coesão territorial. Como destaca Castells (2015), os fluxos de informação contribuem para moldar as relações de poder e redes de ação social. No cooperativismo de crédito, esses fluxos se tornam ferramentas fundamentais para promover a governança participativa e a transparência organizacional, ao passo que influenciam diretamente no empoderamento dos cooperados e na construção de capital social (Putnam, 1993). Assim, o ciberespaço não apenas altera a forma de comunicação, mas também redefine as possibilidades de atuação política, social e econômica dos indivíduos em seu território, incluindo o olhar sobre o desenvolvimento regional.

## 2.2 COOPERATIVISMO

A partir da interpretação de Elias (1994) pode-se compreender que o desenvolvimento das sociedades está relacionado a práticas cooperativistas, a união de saberes, intenções e relações de atuação em conjunto. Inúmeras formas de cooperação entre homens foram experimentadas na sociedade desde a antiguidade. No Brasil, certamente, a cooperação já existia antes mesmo do próprio descobrimento nos anos de 1500 e era percebida com ações coletivas das comunidades indígenas para a sobrevivência e manutenção da natureza para todos da aldeia.



As primeiras ações cooperativistas como se conhece hoje surgem na segunda metade do século XIX com a chegada dos imigrantes europeus, especialmente alemães, poloneses e italianos e as primeiras cooperativas formais surgem para dar viabilidade da pequena produção entre pequenos produtores, fomentar modelos de crédito mútuo ou mesmo, larga escala agrícola (Meinen, 2022). De acordo com Silva (2000, p. 89) uma cooperativa atua como uma associação de pessoas (projeto social) e uma empresa econômica (projeto econômico) e pode ser compreendida como “uma das formas mais avançadas de organização social”.

Para tornar o processo de organização das cooperativas orientado por normas mais abrangentes, foi então que, em 1971, o Governo instituiu a Lei 5.764/71 onde determina necessidade de registro e oficializa que a Organização das Cooperativas no Brasil (OCB)<sup>1</sup> será o órgão de representação do cooperativismo no Brasil. Esta lei determina até os dias atuais os princípios norteadores das cooperativas, sobretudo, sua estruturação e funcionamento (Meinen, 2022).

A proposta dos modelos cooperativistas, acima de tudo seu relacionamento próximo com as comunidades onde estão inseridas e promovendo estímulo para participação pode ser correlacionado com a formação de capital social teorizado por Bourdieu (1985), com uma perspectiva mais individualizada e Putnam (1993; 1996), com uma abordagem mais na perspectiva coletiva de comunidade cívica. Para Putnam (1993, p. 167) o capital social é compreendido “como características das organizações sociais, como confiança, normas e redes que podem melhorar a eficiência da sociedade facilitando ações coordenadas.”

Morais (2021, p. 91) descreve que as cooperativas “contribuem para a geração de empregos, [...] renda e a inclusão socioeconômica de seus membros”, sendo que o cooperativismo de crédito proporciona aplicação e distribuição de recursos financeiros para as comunidades onde está inserido, bem como, oportuniza formação por meio do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) e uso do Fundo Social para promoção de ações sociais em prol do desenvolvimento local/regional e, para Meinen (2022, p. 246), tais perspectivas de atuação “devem continuar gerando benefícios para a sociedade”.

---

1 A Resolução da OCB nº 56/2019 regulamenta a classificação dos ramos de atuação do cooperativismo, passando de 13 para 7, sendo eles: agropecuário; consumo; crédito; infraestrutura; trabalho; produção de bens e serviços; saúde; e transporte (OCB, 2019). Já, em 2025 foi aprovado um novo ramo, o de seguros, totalizando 8 ramos.

Sobre o modelo cooperativista se destaca que os/as associados/as são os/as verdadeiros detentores/as do poder decisório por meio de atos assembleares: Assembleia Geral Ordinária - AGO – realizada anualmente para apresentação e deliberação dos resultados e eleições e Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a qual pode ser convocada sempre que se fizer necessário tomada de decisão que envolva os rumos da cooperativa.

Em relação a gestão das cooperativas, a partir dos anos 2000 houve um grande avanço visando o seu fortalecimento a partir da governança cooperativa, a qual possui como base diversos instrumentos para constituição de ambientes de governança, objetivando reduzir conflitos, colocando neste cenário a atuação de um Conselho de Administração, vigilância mútua entre os colaboradores, a participação dos dirigentes na propriedade e o direito de voto dos proprietários nas Assembleias Gerais (Filho, 2009).

Neste olhar, Meinen (2022), descreve que o processo de governança nas cooperativas as torna menos vulneráveis do ponto de vista da solidez e a partir deste contexto, a governança cooperativa se estabelece a partir de quatro dimensões: i) representatividade e participação; ii) direção estratégica; iii) gestão executiva; e iv) fiscalização e controle.

A governança visa contribuir com a construção de “sólido e adequado ambiente de governança, que considere as especificidades das cooperativas de crédito no sistema financeiro e na realidade socioeconômica brasileira” (Ventura, 2009, p. 49). E, neste contexto, Filho, Coelho e Ferreira Ventura (2009, p. 63) destacam que a participação “adquire caráter de mecanismo de controle externo, qualificado pelo exercício de supervisão tácita realizada pela própria comunidade sobre a gestão.”

Para realização das Assembleias a partir do ciberespaço, o Banco Central autorizou por meio do Ofício 5312/2020 emitido em 19 de março de 2020 a realização de Assembleias de forma não-presencial (Banco Central do Brasil, 2020). Já, em julho de 2020 foi sancionada a Lei 14.030 que autorizou a realização de assembleias gerais on-line, permitindo a participação remota - e segura – dos cooperados. Este contexto de alteração regulamentar foi muito motivado pelo avanço da pandemia da covid-19, o que obrigou as instituições financeiras cooperativas a implementarem novas formas de participação, já que é um requisito legal.



Esta é uma relevante mudança e que precisa ser estimulada e dadas as devidas condições para que os cooperados manifestem suas intenções com relação aos rumos da cooperativa e investigar a apropriação do ciberespaço neste contexto torna-se relevante, bem como, uma nova forma de compreender as potencialidades para participação e formação de capital social.

### 2.3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL POR MEIO DO CIBERESPAÇO

Ao observar o contexto histórico é perceptível que são várias as formas de comunicação e seus elementos, desde aquela interpessoal às universais ou, as chamadas Media de rede conforme destacado a partir dos estudos de Santos (1999), Lévy (1999), Castells (1999) e Cloutier (2012). No período designado por Santos (1994) como técnico-científico-informacional, a internet e as tecnologias da informação e comunicação (TICs) propiciam um rico debate acerca da constituição de relações sociais, econômicas, culturais e políticas.

Castells (1999) descreveu esta nova forma de sociabilidade a partir da organização em rede, sobretudo porque há desvinculação entre localidade e sociabilidade na formação da comunidade, considerando nestes aspectos a nomenclatura de “sociedade em rede”, sendo que esta, desenha uma infraestrutura invisível de uma sociedade, ela mesma pensada como uma rede, remodelando inclusive, a sociedade industrial. Castells (2015) desperta uma reflexão que perpassa pela comunicação e informação nas relações de poder político, tentando conectar a dinâmica estrutural da sociedade em rede e a conseqüente interação entre emoção, cognição e comportamento, sendo que, nos estudos de Reis e Hostin (2019), fica evidente que há uma relação entre comunicação (uso de TICs) com desenvolvimento, incitando novos olhares e novas percepções, abrindo campo de estudo nesta perspectiva de entendimento sobre o ciberespaço.

Lévy (1999) define o ciberespaço como “o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores” (p. 17), e o caracteriza também como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores” (p. 94), permitindo múltiplos modos de comunicação. Segundo o autor, três princípios básicos orientam seu crescimento inicial: “a interconexão, a criação de comunidades virtuais e a inteligência coletiva” (p. 129)..



Pode-se destacar estudos de Staloch (2015 e 2019) quando demonstraram as possibilidades do ciberespaço no contexto da participação social, o que se mostrou ainda mais relevante seu uso durante a pandemia da covid-19, sobretudo, quando forçou o aprendizado das pessoas para utilizar de diversas ferramentas tecnológicas (aplicativos, softwares etc.) tanto para desenvolver Home Office / Home Working ou mesmo, estudar de casa (Staloch e Rocha, 2020). Ainda, pode-se citar o uso do ciberespaço durante a pandemia da covid-19 no âmbito do poder judiciário, quando passou a utilizar de ferramentas e softwares para realização de audiências, mantendo o andamento dos processos.

Neste cenário, conforme estudos de Prensky (2012), deve-se considerar a sabedoria digital, a qual é um conceito com dois significados: “refere - se à sabedoria decorrente do uso da tecnologia digital para acessar um poder cognitivo além da nossa capacidade inata e à sabedoria no uso da tecnologia para melhorar nossas capacidades” (Seefelder de Assis e Francisca Machado da Silva, 2018, p. 2). Pode-se compreender que não basta possuir um smartphone ou computador, faz-se necessário saber utilizar de forma adequada os recursos, onde “as ferramentas digitais estarão disponíveis para todos, mas serão acessíveis apenas para aqueles que souberem usá-las” (Seefelder de Assis e Francisca Machado da Silva, 2018, p. 11).

Ao realizar reflexão acerca do ciberespaço e da constituição dos territórios, pode-se pensar, ainda, na concepção de um ciberterritório, sendo este, compreendido por Staloch e Reis (2015, p. 50) como “o espaço não-físico de interação social, mediado pelas redes e conexões do ciberespaço, no qual se inserem os diálogos, as mobilizações, as ações e os conflitos inerentes da sociedade, incluindo as transformações sociais que possam derivar em razão de tais interações” e, portanto, contribuir com o desenvolvimento regional, proposto por intermédio da atuação do sistema do cooperativismo de crédito.

## **2.4 BREVES NOTAS E RELAÇÕES PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

No âmbito da Área de Estudos do Planejamento Urbano e Regional e Demografia (PLURD) da Capes estão os estudos sobre o [para o] desenvolvimento regional. Refletir sobre a temática é compreender e observar um processo temporal e, para Randolph (2016), existe um tripé (tríade) relacional entre Planejamento, Desenvolvimento e Poder/Política – demonstrando



uma interdisciplinaridade – e há uma complexidade contraditória de processos e articulações, evidenciando neste contexto o que Lefebvre (1993) relata sobre a produção social do espaço.

O desenvolvimento regional é um processo complexo, multidimensional e historicamente construído. Vai além de indicadores econômicos, incorporando dimensões sociais, políticas, culturais, ambientais e comunicacionais que afetam as condições de vida das populações e a dinâmica dos territórios. Nesse sentido, o debate contemporâneo sobre o desenvolvimento regional demanda abordagens transdisciplinares (Mattedi e Theis, 2002), capazes de integrar elementos como a comunicação, a participação e os processos de organização coletiva dos sujeitos nos territórios.

Como destacam Brandão (2008) e Theis et al. (2022), o desenvolvimento regional não é apenas um resultado, mas um processo que exige atenção às relações de poder, às estruturas territoriais e, especialmente, à ação dos atores sociais em rede. Tais relações, cada vez mais mediadas por tecnologias de informação e comunicação (TICs), passam a configurar novos ambientes de articulação coletiva – o ciberespaço –, que precisam ser compreendidos como dimensões legítimas do território, especialmente em contextos organizacionais como o do cooperativismo de crédito.

A comunicação, neste contexto, adquire centralidade como vetor de transformação e coordenação social. Como apontam Reis e Hostin (2019), as abordagens contemporâneas da comunicação para o desenvolvimento buscam compreender a mediação das TICs na construção de capacidades locais, no fortalecimento da cidadania e na ampliação da democracia participativa. Nesse sentido, o ciberespaço — entendido como “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores” (Lévy, 1999, p. 94) — não se reduz a um meio técnico, mas constitui um espaço relacional de produção de sentidos, articulação política e mobilização social.

Ao promover novas formas de interação, informação e mobilização, o ciberespaço possibilita a emergência de ciberterritórios (Staloch e Reis, 2015), nos quais os sujeitos se organizam em redes e comunidades virtuais, exercendo sua participação de forma não necessariamente presencial, mas não menos engajada. Tais dinâmicas desafiam a concepção tradicional de território como apenas espaço físico, ampliando a noção para incluir os fluxos digitais como formas legítimas de territorialidade, conforme já teorizado por autores como Santos (1994) e Lefebvre (1993), ao tratarem do espaço como produto social e técnico.



É nesse contexto que a relação entre comunicação e desenvolvimento regional se intensifica. A apropriação das TICs por parte das comunidades e organizações territoriais — como as cooperativas — pode favorecer o empoderamento social, a construção de capital social (Putnam, 1993), o fortalecimento da governança territorial (Dallabrida, 2016) e a descentralização das decisões. O desenvolvimento regional passa a ser impulsionado, também, por uma comunicação horizontal, participativa e conectiva, capaz de promover maior coesão social e corresponsabilidade nos rumos do território.

No caso específico das cooperativas de crédito, a participação dos associados nas decisões assembleares, seja de forma presencial ou digital, representa um elemento-chave de sua governança democrática. Com o advento da possibilidade de realização de assembleias digitais — autorizadas pelo Banco Central e regulamentadas pela Lei nº 14.030/2020 —, abre-se uma nova fronteira para o exercício da cidadania cooperativa: a possibilidade de deliberar, votar e influenciar os rumos institucionais por meio do ciberespaço.

Essa nova dinâmica, no entanto, exige atenção a desigualdades estruturais de acesso às tecnologias e à “sabedoria digital” (Prensky, 2012; Seefelder de Assis e Silva, 2018), pois nem todos os sujeitos possuem as mesmas capacidades de utilização crítica das TICs. O desenvolvimento regional, nesse sentido, não pode prescindir de políticas que articulem inclusão digital, alfabetização midiática e participação cidadã como vetores integrados.

Ademais, como observa Castells (2015), as relações de poder na sociedade em rede são moldadas pela comunicação e pela capacidade de os indivíduos e organizações se fazerem ouvir em meio ao ruído informacional. As cooperativas que desenvolvem canais de comunicação digitais com seus associados(as), promovem espaços de escuta ativa e incentivam a participação crítica não apenas ampliam sua legitimidade institucional, mas também contribuem para o fortalecimento da cidadania territorial, um dos pilares do desenvolvimento regional.

Assim, é possível afirmar que a comunicação digital — e mais amplamente o ciberespaço — se insere como uma dimensão estratégica no campo do desenvolvimento regional. Ela permite a articulação de sujeitos em rede, a descentralização das decisões e a ampliação do acesso às instâncias de poder e deliberação, promovendo inclusão, equidade e justiça territorial. A pesquisa aqui apresentada, ao analisar o uso do ciberespaço por uma cooperativa de crédito para viabilizar a participação de seus(as)



associados(as), oferece uma contribuição empírica e teórica a esse debate, demonstrando como a comunicação — quando democratizada — pode ser motor de transformação territorial e social.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo aqui apresentado trata-se de uma pesquisa exploratória, bibliográfica não-sistemática e considerou-se o método de estudo de caso em uma cooperativa de crédito do situada na região do Alto Vale do Itajaí (Santa Catarina), mantido seu nome resguardado, bem como, os nomes dos municípios de atuação e, para isto, considerou-se nomeação dos mesmos da seguinte forma: Município 1 (M1); Município 2 (M2); Município 3 (M3); Município 4 (M4); Município 5 (M5); e Município 6 (M6).<sup>2</sup> A escolha pelo estudo de caso, de abordagem qualitativa e exploratória, está alinhada à compreensão de que o desenvolvimento regional é um processo complexo e situado, tal como proposto por Brandão (2008) e Theis et al. (2022). Assim, a análise de uma cooperativa singular permite aprofundar o entendimento das interações entre território, comunicação e participação social.

Ao considerar o estudo de caso para observação, o método de pesquisa combina as técnicas da entrevista semiestruturada com membro da direção da cooperativa, sendo denominado ao longo do presente estudo de “E1”, e questionário aplicado de forma aleatória simples - por meio do formulário do Google e de forma física nas agências aplicado no mês de maio de 2022 - com 304 (trezentos e quatro) respostas, sendo que, destas, 96,4% são referentes àquelas dadas por associados/as e para tabulação utilizou-se da ferramenta Microsoft Excel.

Em relação aos aspectos éticos, a pesquisa seguiu os princípios para garantir o anonimato dos(as) participantes e a confidencialidade dos dados. Todos os respondentes consentiram com a participação por meio de um termo de consentimento livre e esclarecido, incluído no início do questionário e na abordagem da entrevista.

As respostas do questionário foram oriundas de associados/as dos seis municípios onde a cooperativa possui unidade de atendimento (M4 26%; M2 21%; M5 18%; M1 18%; M3 16% e M6 1%). Ainda, foram utilizadas análises documentais primárias - atas das assembleias - e secundárias - relatórios e informações em arquivos disponibilizados pela instituição cooperativa.

2 Há autorização da cooperativa para uso dos dados – primários e secundários – coletados.



## 4. DADOS E ANÁLISE

É sabido que a partir da disseminação da pandemia da covid-19 diversas cooperativas passaram a utilizar de ferramentas tecnológicas (por meio do ciberespaço) para que as suas assembleias (Assembleia Geral Ordinária - AGO e Assembleia Geral Extraordinária - AGE) pudessem ser realizadas e, atualmente, ainda permanecem com formatos 100% digitais ou híbridos (presencial e digital em conjunto). A cooperativa, objeto deste estudo de caso, tem suas origens em 1999 quando várias lideranças e agricultores iniciam debates sobre a constituição de uma cooperativa de crédito solidária, a qual atenderia as demandas destes. Foi a primeira do Sistema na região do Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Em maio de 2022 a atuação da singular estava presente em 6 (seis) municípios da região do Alto Vale do Itajaí (SC): M1 (abertura em 02 de abril de 2001); M2 (abertura em 15 de setembro de 2008); M3 (abertura em 25 de junho de 2009); M4 (abertura em 20 de setembro de 2010); M5 (abertura em 15 de outubro de 2010) e, mais recente, inaugurada em janeiro de 2022, a primeira agência fora da região do Alto Vale do Itajaí, denominado de M6.

Além destes municípios mencionados, a partir da entrevista realizada com “E1” constata-se que se tem a perspectiva de expansão para demais municípios catarinenses e demais estados brasileiros<sup>3</sup>, sobretudo, para aqueles que ainda não possuem instituições financeiras cooperativas. Ao observar os dados da cooperativa, percebe-se que há uma trajetória de crescimento ao longo dos últimos vinte anos, sobretudo, no número de associados /as e assim, pode-se destacar que o cooperativismo solidário cresceu e se fortaleceu por meio da união e articulação em rede das organizações que se propõem a atuar neste segmento, ficando evidente as suas contribuições para o desenvolvimento regional pois, os benefícios vão além dos resultados financeiros, tais como, contribuições sociais.

Porém, de acordo com Magri (2018a; 2018b), ainda se faz necessária atuação para fortalecer o cooperativismo no contexto brasileiro e neste viés, destaca-se a relevância da participação dos/as associados/as nos processos decisórios da cooperativa e desta forma, podem ser tecidas as conexões e reflexões considerando o escopo do referencial teórico relacionando ciberespaço, participação social e desenvolvimento regional.

---

3 Conforme deliberações na Assembleia Geral Extraordinária realizada em outubro de 2021 e na Assembleia Geral Ordinária realizada em março de 2022 foi aprovada a expansão da área de atuação para municípios dos estados de Minas Gerais, Goiás e Ceará.



No escopo da governança e pensando nas expansões geográficas para atuação da cooperativa, estuda-se um modelo de representatividade por meio de delegados<sup>4</sup>, onde cada delegado – eleito em processo assemblear - representará um número igual de cooperados<sup>5</sup>, representado pelo quociente da divisão entre número atual de cooperados e o número de delegados efetivos. Neste contexto, os delegados assumem o papel de incitar a participação junto às comunidades locais/regionais por meio das denominadas Assembleias Gerais de Núcleos (AGN) e levar para a Assembleia Geral (Ordinária e Extraordinária) as deliberações, não podendo assumir interesses particulares.<sup>6</sup>

Ao verificar os dados referente ao crescimento da cooperativa, inclusive sua perspectiva de expansão geográfica (conforme verificado por meio da entrevista com “E1”) pode-se pensar que o sistema de representatividade por meio de delegados é muito válido, sendo que, atualmente, o quantitativo de associados/as está distribuído da seguinte maneira entre as agências que compõem a cooperativa: M1 – 2489; M2 – 1928; M3 – 2144; M4 – 1910; M5 – 1553; M6 – 46.

Quanto ao tipo de público se observa que 64% são representados por aqueles/as associados/as pessoas físicas (PF), 22% são representados pelo público ligado à agricultura (AGRO) - o que tem grande relação considerando a origem de constituição da cooperativa – e os demais 14% são representados pelo público de pessoas jurídicas (PJ). A distribuição por gênero destes associados é na ordem de 52% masculinos e 38% femininos e pessoas jurídicas constituem 10%. Já, no que tange a faixa etária dos/as associados/as, se verifica que grande parte deles/as estão compreendidos de 30 a 60 anos (56%) e de 18 a 29 anos (24%).

Para subsídio de análises destaca-se, sobre o formato e quantidade de associados/as participantes em processos assembleares para a cooperativa analisada, de 2002 a 2022, o seguinte panorama:

---

4 De acordo com políticas internas da cooperativa, a implantação da representação por delegados deverá ser aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) e devidamente registrada em Ata e no Estatuto Social da singular, e, deverá passar pelo crivo do Banco Central do Brasil.

5 Com relação ao número de Núcleos tem-se a perspectiva de que cada um contempla aproximadamente 330 associados e, no cenário atual da cooperativa, seriam constituídos até 30 Núcleos distribuídos entre os municípios de atuação.

6 Dados extraídos de análise documental disponibilizada pela cooperativa – Regimento Interno da Representação Por Delegados Sistema (2010) - regimento foi revisado e aprovado pelo Conselho de Administração da Central em reunião realizada no dia 24 de agosto de 2021, passando a vigorar a partir desta data para todo Sistema.

**Quadro 01** | Assembleias e número de participantes – 2002 a 2022

Período	Aptos a Votar	Data da Assembleia	Participantes % do Total
2002 (Havia apenas o M1)	222	23/02/2002	101 45,50%
2003	284	01/03/2003	160 56,34%
2004	314	20/03/2004	226 71,97%
2005	529	26/02/2005	265 50,01%
2006	537	25/02/2006	235 43,76%
2007	590	03/03/2007	303 51,36%
2008 (Abertura da unidade do M2)	640	29/03/2008	361 56,41%
2009 (Abertura da unidade do M3)	850	14/03/2009	442 52,00%
2010 (Abertura das unidades dos M4 e M5)	1775	13/03/2010	643 36,23%
2011	2592	02/04/2011	878 33,87%
2012	3108	03/03/201	420 13,51%
2013	3716	16/03/2013	433 11,65%
2014	4072	29/03/2014	417 10,24%
2015	4408	18/04/2015	354 8,03%
2016	5370	09/04/2016	561 10,45%
2017	6301	01/04/2017	550 8,72%
2018	7021	07/04/2018	557 7,93%
2019	7644	06/04/2019	534 6,99%
2020	8750	24/07/2020 Assembleia de forma On-line via Google Meet	133 1,52%
2021	9003	12/03/2021 Assembleia de forma On-line via Google Meet	263 2,92%
2022 (Abertura unidade do M6)	9875	11/03/2022 Assembleia de forma On-line via Aplicativo Assemblex <sup>7</sup>	493 4,99%

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados coletados das atas das Assembleias Gerais da Cooperativa (2022).

7 Ferramenta paga e tem a sua função transmissão e realização de assembleias *on-line*. Disponível em: <https://assemblex.com.br>

A cooperativa realizou em 2020 a sua primeira assembleia geral ordinária de forma totalmente on-line, por meio da Plataforma do Google Meet. Ao analisar os números dos participantes nas Assembleias Gerais percebe-se que dos anos 2001 a 2009 havia uma média de participação em torno de 56% (cinquenta e seis por cento). Nos anos de 2010 e 2011 havia uma média de participação em torno de 35% (trinta e cinco por cento), dos anos de 2012 a 2017 uma média em torno de 10% (dez por cento), no período de 2018 e 2019 uma participação média de 7% (sete por cento) e para o período de 2020 a 2022 uma média de participação de 3% (três por cento).

Nota-se que durante a pandemia e com uso das TICs por meio do ciberespaço a média de participação ficou em torno de 3% (três por cento), sendo que no primeiro momento de uso (ano de 2020) o percentual de participação foi de 1,5% (um e meio por cento). Por meio dos dados coletados, verifica-se que, no primeiro momento quando se utilizou de uma ferramenta via ciberespaço (Google Meet) para participação – considerando contexto imposto pela pandemia da covid-19 – o percentual de participações reduziu-se consideravelmente, porém, aumentou o percentual de participações de associados/as residentes em municípios que não seja do M1 (sede da cooperativa).

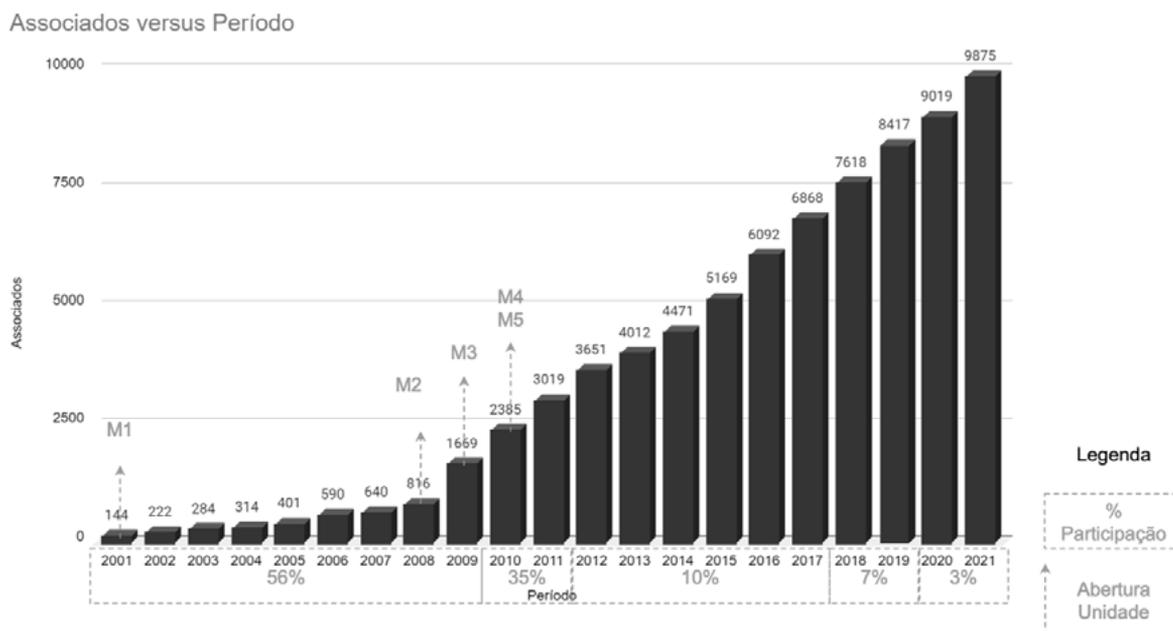
Ao considerar os dados dos associados participantes da última Assembleia Geral realizada em onze de março de 2022 – por meio da ferramenta Assembled – se constata que 56% são do gênero masculino, 35% feminino e 9% se conectaram como pessoas jurídicas. Ainda, constata-se que a faixa etária dos/as participantes é assim distribuída<sup>8</sup>: até 17 anos - 3%; de 18 a 29 anos - 26%; de 30 a 60 anos - 64%; acima de 60 anos - 7%.

O percentual de participações em relação à faixa etária segue o padrão da proporção de distribuição dos/as associados/as por faixa etária e há um destaque para o fato de que, entre os/as associados/as acima dos 60 anos, estavam conectados 5 (cinco) associados/as com idade superior a 79 anos. Ao sintetizar os dados na forma gráfica – Gráfico 01 – fica evidente a relação entre abertura de novas unidades distantes do local da realização das Assembleias presenciais (M1), aumento do número de associados/as por período e percentual de participação em Assembleias, sendo que, quanto maior o número de associados/as, menor o percentual de participações.

---

8 Excluindo-se as pessoas jurídicas logadas no sistema de participação Assembled.

**Gráfico 01** | Relação entre Abertura de Unidades, Quantidade de Associados e Participação (%) em Assembleias – 2002 a 2021



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados coletados das atas das Assembleias Gerais da Cooperativa (2022).

Pode-se perceber que, conforme unidades foram sendo inauguradas, o número de associados foi aumentando. Ainda, para esta pesquisa, torna-se válido destacar que as Assembleias no formato presencial ocorreram no M1 e pode-se constatar de que, enquanto existia apenas a unidade do M1 (de 2002 a 2008) o percentual de associados/as participantes nas Assembleias era expressivamente maior do que após abertura de unidades em demais municípios.

A partir do questionário aplicado, dos/as respondentes, 54% disseram que não participaram de assembleia presencial e destes, 88% são os/as associados/as que não residem no M1. Este dado é relevante pois, as AGO e AGE de forma presencial eram realizadas no M1 e, sendo assim, esta situação pode dificultar para que associados de outros municípios participem deste formato, pois teriam que se deslocar de um município a outro. Já, 62% informaram que participaram de assembleia de forma digital – por meio da internet.

Daqueles que relataram ter participado de assembleia de forma digital, 89% disseram ter gostado de participar deste modo e 93% relataram que participariam novamente deste formato.

Já, 11% informaram que não gostaram de ter participado da assembleia de forma digital. Nota-se que, daqueles que disseram ter gostado pertencem a faixa etária compreendida de 22 a 39 anos. Já, os que disseram não ter gostado de participar via internet estão compreendidos acima dos 30 anos, com destaque para faixa etária superior a 40 anos. Sobre o tipo de dispositivo utilizado para participação na assembleia digital constata-se que 79% utilizaram de celular (smartphone), 20% notebook e 1% computador de mesa.

De acordo com “E1” o formato de assembleia digital

[...] atende os requisitos legais de realização da Assembleia, permite a participação dos Cooperados, como também o seu direito de exercer o voto. Minha opinião é que a Assembleia Digital é uma ferramenta importante para a Cooperativa realizar suas assembleias em momentos que não são possíveis fazer no formato presencial como foi o caso no período da pandemia. Também se torna uma ferramenta importante para as Cooperativas que não tem implementada na sua estrutura de Governança a representação por Delegados, e assim por hoje a Cooperativa estar abrindo agências mais distantes de sua Sede o que virá a dificultar a participação presencial como também por não mais dispor de espaço físico para no mesmo momento acomodar todos os cooperados que desejarem participar da Assembleia no formato presencial (E1, abril de 2022).

Outro dado que chama atenção diz respeito às votações e a forma como elas ocorrem. Por meio da análise das atas, em assembleias presenciais, quando o voto era manifestado oralmente e por meio do ato de levantar as mãos, constata-se que não existiam manifestações contrárias às pautas apresentadas, igualmente no modo de participação via ciberespaço por meio da ferramenta Google Meet, sendo que nesta quem gostaria de votar contrariamente deveria se manifestar por áudio e caso a votação fosse favorável a pauta, deveriam permanecer em silêncio.

Com a implementação da ferramenta Assemblex<sup>9</sup> na assembleia de 2022, em que as votações foram realizadas por meio de um sistema remoto e que permitia um anonimato quanto a votação, percebeu-se manifestações (votos) contrários às pautas, comprovando as respostas da pesquisa quando 91% dos respondentes manifestaram que se sente seguro / confiante para votar por meio da ferramenta. Neste sentido, o entrevistado junto a Cooperativa, igualmente relatou esta percepção quando destacou que

---

9 A ferramenta Assemblex foi implementada pois ela não possui limites para quantidade de participantes e o acesso torna-se mais seguro, já que somente associados/as podem fazer login no sistema de votação. Até então se utilizava da Plataforma do *Google Meet*, porém, por meio desta há uma limitação de 250 participantes por chamada, o que pode ser considerado negativo para o contexto participativo e representatividade.

[...] o formato de votação utilizado no formato digital onde o Cooperado poderia escolher a sua opção de voto sem que as pessoas vissem como estava votando lhe deu mais tranquilidade em de fato omitir a sua decisão pelo voto, até porque nas Assembleias presenciais tínhamos praticamente todas as propostas colocadas em votação aprovadas por unanimidade e que neste formato utilizado, no digital, não foi isso que ocorreu. Acredito que seria interessante projetar se formos fazer a Assembleia presencial ter uma ferramenta de voto semelhante a Assembleia no formato digital (E1, abril de 2022).

Isto nos dá subsídios para refletir sobre a possibilidade do ciberespaço empoderar / encorajar os atores, sendo que os principais benefícios elencados pelos/as respondentes sobre a participação via internet tratou de: i) comodidade (estar no conforto de casa; ii) não precisar se deslocar para participar; e iii) poder votar de forma que ninguém julgue o voto dado. Nesse sentido, os dados demonstram que a possibilidade de participação digital amplia o acesso dos cooperados aos espaços decisórios, especialmente em regiões geográficas periféricas em relação à sede. Isso contribui para a descentralização do poder, o fortalecimento do capital social e a promoção de uma governança mais inclusiva – elementos fundamentais para o desenvolvimento regional participativo (Dallabrida, 2015; Morais, 2021).

Ainda, outro dado a ser contextualizado é a diferença entre a quantidade de associados/as participantes da assembleia digital e aqueles/as que votaram nas pautas discutidas, sendo que, na visão do “E1” (2022) é um “fator negativo” e isto pode ter decorrido “porque temos muitos Cooperados que participam da Assembleia com grau de inserção tecnológica baixa e com idade avançada e que tiveram dificuldade de executar as votações”.

Percebe-se assim que esta informação corrobora com as respostas dadas ao questionário aplicado pois, quando perguntado sobre as principais dificuldades que podem ser elencadas para a participação de forma on-line (pela internet) se teve o seguinte panorama de respostas, considerando a resposta que mais apareceu para a de menor intensidade: i) internet ruim ou instável; ii) não saber utilizar das tecnologias de forma correta; iii) não ter internet disponível; iv) não ter segurança para acessar por meio da internet e v) falta de computador ou celular adequado.

Este dado pode ser correlacionado com a perspectiva da sabedoria digital, sendo que não basta possuir um smartphone ou computador, faz-se necessário saber utilizar de forma adequada os recursos, onde “as ferramentas digitais estarão disponíveis para todos, mas serão acessíveis



apenas para aqueles que souberem usá-las” (Seefelder de Assis e Silva, 2018, p. 11).

Por fim, para respostas à pergunta aberta para que pudessem manifestar algum comentário sobre o uso da internet para participação das assembleias, podem ser distribuídos a partir de seis dimensões de análise: i) aqueles/as que gostaram do formato digital; ii) aqueles/as que gostaram devido a comodidade, praticidade e interatividade do formato digital; iii) aqueles/as que acharam melhor do que o presencial; iv) aqueles/as que não gostaram do formato digital e preferem o presencial; v) os/as que relataram que seria interessante unir os dois modos (presencial e por meio da internet); vi) aqueles/as que gostaram, mas, apresentaram ressalvas pontuais, como por exemplo, para aqueles/as que não tem acesso à internet fica impossibilitado de participar.

Pelas relações evidenciadas, pode-se deduzir que, conforme novas unidades da cooperativa são inauguradas em municípios distantes da sede, há tendência de que a participação diminua, conforme evidenciado pelos dados históricos coletados. A adoção de ferramentas digitais, ao mesmo tempo em que amplia a inclusão, desafia a estrutura institucional a desenvolver ações de capacitação digital, especialmente entre os cooperados com menor letramento digital, apontando para uma agenda integrada entre inclusão social, inovação tecnológica e coesão territorial.

A partir dos dados coletados e dos referenciais utilizados, é inegável que as tecnologias da informação e comunicação ou, o ciberespaço como um todo, tem gerado impactos na (re) organização das sociedades, incluindo uma nova perspectiva para formação de capital social, o qual é de extrema relevância para o movimento cooperativista, onde cada associado/a deve ser ouvido e tem o direito de participar ativamente das deliberações da cooperativa, ocasionando assim, uma rede de potencial desenvolvimento local e regional.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a ascensão da cibercultura, as relações sociais entraram em um novo momento. Assim, estas são constituídas por meio do ciberespaço, com o uso crescente das TICs, e a participação demanda de novas discussões e proposições de aplicação, como visto no presente caso de estudo. O presente estudo alcançou seu objetivo ao demonstrar, por meio de um estudo de caso, como a apropriação do ciberespaço pelas cooperativas de crédito pode potencializar os processos participativos dos associados, promovendo uma participação mais efetiva e democrática. Os dados revelam que as ferramentas digitais ampliam a inclusão de públicos geograficamente distantes, reforçando as conexões sociais e contribuindo para os processos de desenvolvimento regional.

Pode-se dizer que há uma relação indissociável entre as dimensões físico-territorial e o envolvimento no ciberespaço. Nesta pesquisa, verificou-se que a implementação das assembleias digitais em uma cooperativa de crédito produziu um aumento na participação de associados residentes em municípios fora da sede da cooperativa, onde eram realizadas até então as assembleias presenciais. Associados de todos os municípios de abrangência da cooperativa puderam participar das assembleias de igual forma nas assembleias digitais. A mudança mostra o potencial do ciberespaço ao viabilizar a participação social, confirmando a hipótese geral assumida na presente pesquisa.

O ciberespaço, por si só, não é o suficiente para que a participação ocorra. Apesar das potencialidades do ciberespaço para ampliar a participação social, os dados analisados também revelam limites importantes relacionados à exclusão digital. A baixa inserção tecnológica de determinados grupos — como idosos, agricultores familiares e moradores de áreas rurais com infraestrutura precária — aponta para a persistência de desigualdades de acesso que podem comprometer a efetividade democrática dos processos participativos. Nesse sentido, a não participação de parcelas da base social cooperativista nos atos assembleares digitais não deve ser compreendida apenas como uma limitação técnica ou operacional, mas sim como um fenômeno político e social de exclusão.



A elitização dos processos deliberativos pode se intensificar na medida em que apenas os cooperados com maior familiaridade tecnológica, maior escolaridade ou melhor acesso à internet tenham condições de participar ativamente das decisões da cooperativa. Tal assimetria tende a concentrar o poder decisório em segmentos mais conectados e digitalmente alfabetizados, desconsiderando as necessidades e interesses de grupos historicamente mais vulneráveis — o que contraria os princípios do cooperativismo e os fundamentos de uma governança territorial inclusiva.

Essa realidade exige que as cooperativas e os formuladores de políticas públicas avancem para além da oferta de canais digitais, promovendo estratégias de inclusão digital efetiva, formação para o uso crítico das tecnologias e mecanismos híbridos que combinem formatos presenciais e digitais. Do ponto de vista do desenvolvimento regional, a não superação dessas barreiras pode aprofundar a fragmentação social e territorial, comprometendo a construção de processos participativos legítimos e a coesão das comunidades envolvidas. Por fim, os resultados deste estudo evidenciam sua contribuição para o debate acerca da interdisciplinaridade da área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia, o que oferece a oportunidade de novos estudos na área, especialmente a respeito dos processos de governança e de representação.

Apesar das contribuições apresentadas, este estudo possui algumas limitações que devem ser consideradas. A pesquisa se concentrou em um único caso, o que restringe a generalização dos achados para outras realidades cooperativistas ou territoriais. Além disso, a abordagem qualitativa, embora aprofundada, poderia ser complementada por análises comparativas ou longitudinais que avaliassem os efeitos do uso do ciberespaço ao longo do tempo. Recomenda-se, portanto, que futuras investigações explorem diferentes modelos de cooperativas, regiões com níveis diversos de conectividade digital e estratégias de inclusão tecnológica, ampliando o entendimento sobre as relações entre comunicação, participação e desenvolvimento regional em contextos diversos.



## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. Ofício 5312/2020 BCB/SECRET/DIORF. 2020.

BOURDIEU, P. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, J. (ed.) Handbook of theory and research for the sociology of education. Nova York: Greenwood, 1985.

BRANDÃO, C. A. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, M.T.F.; MILANI, C.R. (org.) Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: Editora da UFBA, 2008.

BRASIL. Lei 14.030 de 28 de julho de 2020. Dispõe sobre as assembleias e as reuniões de sociedades anônimas, de sociedades limitadas, de sociedades cooperativas e de entidades de representação do cooperativismo durante o exercício de 2020; altera as Leis ns. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/32512568/publicacao/32513368>. Acesso em maio de 2022.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. O poder da comunicação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CLOUTIER, J. História da comunicação. In: APARICI, R. Conectados no ciberespaço. São Paulo: Paulinas, 2012. p. 47-52.

DALLABRIDA, V.R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. *Análise Social*, v. 1 (2), n. 215, p. 304-328, 2015.

DALLABRIDA, V.R. Território, governança e desenvolvimento territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência. São Paulo: LiberArs, 2016.

ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FERREIRA VENTURA, E.C. Projeto Governança Cooperativa. In: FERREIRA VENTURA, E.C.; FILHO, J. R. F.; SOARES, M. M.; Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito. Brasília: BCB, 2009.

FILHO, J. R. F. O conceito e a prática de governança corporativa. In: FERREIRA VENTURA, E.C.; FILHO, J. R. F.; SOARES, M. M.; Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito. Brasília: BCB, 2009.

FILHO, J. R. F.; COELHO, F.C.; FERREIRA VENTURA, E. C. Governança em cooperativas de crédito: singularidades no caso brasileiro. In: FERREIRA VENTURA, E.C.; FILHO, J. R. F.; SOARES, M. M.; Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito. Brasília: BCB, 2009.

LEFEBVRE, H. Espaço y política. Barcelona: Península, 1976.

LEFEBVRE, H. The production of space. Oxford (UK): Blackwell Publishing, 1993.

LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAGRI, C. A.; POMMERENING, E. Jr.; O cooperativismo financeiro e a agricultura familiar: gerando desenvolvimento sustentável. Joaçaba: Editora Unoesc, 2018a.

MAGRI, C. O cooperativismo de crédito solidário: mais que financiar crédito, financiar sonhos. In: MAGRI, C. A.; POMMERENING, E. Jr.; O cooperativismo financeiro e a agricultura familiar: gerando desenvolvimento sustentável.



Joaçaba: Editora Unoesc, 2018b. p. 11-24.

MATTEDI, M. A.; THEIS, I. M. Cruzando fronteiras: conhecimento e interdisciplinaridade na pesquisa em desenvolvimento regional. REDES, 7 (2), p. 77-94, 2002.

MEINEN, E. Cooperativismo financeiro na década de 2020: sem filtros. 2.ed. Brasília, DF: Confefbras, 2022.

MORAIS, R.T. R. A importância do cooperativismo de crédito para o agronegócio e o desenvolvimento regional: o caso da PRIMACREDI. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau, v. 9, n. 1, p. 81-104, abr. 2021. ISSN 2317-5443. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/8184>. Acesso em: 29 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL - OCB. Ramos do Cooperativismo. Brasília, DF: Sistema OCB, 2019.

PRENSKY, M. Homo Sapiens digital: dos imigrantes e nativos digitais à sabedoria digital. In: APARICI, R. Conectados no ciberespaço. São Paulo: Paulinas, 2012. p. 101 – 144.

PUTNAM, R. D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PUTNAM, R. D. Making democracy work: civic tradition in modern Italy. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RANDOLPH, R. A tríade de desenvolvimento, planejamento e política (poder): proposições para investigações de transformações e políticas regionais. In: ETGES, V. E.; CADONÁ, M. A. Globalização em tempos de regionalização: repercussões no território. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016.

REIS, C.; HOSTIN, R.. Comunicação para o desenvolvimento: o percurso teórico-metodológico das abordagens clássicas aos enfoques contemporâneos. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (G&DR). v. 15, n. 4, Edição Especial, P. 3-10, jul/2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4837>. Acesso em: mar. 2022.

REIS, C.; PERUZZO, C. M. K. ; HOSTIN, R. . Autores e teorias emergentes da comunicação para o desenvolvimento: Reflexões sobre tendências de pesquisa. REVISTA LATINOAMERICANA DE CIENCIAS DE LA COMUNICACIÓN, v. 20, p. 260-273, 2021. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/774>. Acesso em: maio 2022.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. Territorialidades humanas e redes sociais. Florianópolis: Insular, 2011.

SANTOS, M. Por uma geografia nova. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia. n. 54. São Paulo, AGB/FFLCH-USP, 1977.

SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SEEFELDER DE ASSIS, P.; FRANCISCA MACHADO DA SILVA, F. M.. EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS MÓVEIS. CIET:EnPED, [S.I.], maio 2018. Disponível em: <<http://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/694>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

SOTCHAVA, V.B. Por uma teoria de classificação de geossistemas de vida terrestre. São Paulo: IGEO/USP, 1978.

SOUZA, M. L de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias de et al. (orgs.): Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.



SOUZA, M. L. de. Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 558p.

STALOCH, R. As redes sociais virtuais como possibilidade para a construção de territorialidades: uma análise a partir da comunidade “Sou pela Furb Federal”. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - 2015.

STALOCH, R. O Potencial do ciberespaço na ampliação da participação social no planejamento territorial municipal. 2019 423 f. Tese (Doutorado)-Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial, Florianópolis, 2019.

STALOCH, R.; REIS, C. A mediação das relações sociais nas redes sociais virtuais: do ciberespaço ao ciberterritório. Estudos em comunicação, nº. 20, 31-52, dezembro de 2015.

STALOCH, R.; ROCHA, I. De O.. Panorama dos programas de pós-graduação da área de planejamento urbano e regional e demografia: a lacuna nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Revista Gestão Universitária da América Latina, v. 12, p. 139-159, 2019a.

STALOCH, R.; ROCHA, I. De O.. Cinco primaveras de discussões e reflexões da Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional-RBDR. REVISTA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, v. 7, p. 211-228, 2019b.

STALOCH, R.; ROCHA, I. De O.. Produção e disseminação de conhecimento: as temáticas abordadas em 19 anos da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR). CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO EM REVISTA, v. 6, p. 34-50, 2019c.

STALOCH, R.; ROCHA, I. de O. ; LUCAS, E. R. O. . Análise da produção científica sobre planejamento territorial [?territorial planning?] indexados na base de dados Scopus: perspectivas de novas pesquisas no campo da comunicação e participação social. Cadernos de Comunicação (UFSM), v. 24, p. 1-32, 2020.

STALOCH, R.. Ser docente no século XXI: reflexões sobre sabedoria digital. EDUCA - REVISTA MULTIDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO, v. 8, p. 1-20, 2021.

STALOCH, R.; ROCHA, I. de O. OBSERVAÇÃO MULTIDIMENSIONAL DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS. Confluências | Revista Interdisciplinar De Sociologia E Direito, 22(2), 131-147, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/conflu.v22i2.43002>. Acesso em fev. 2022.

THEIS, I. M., FERRERA DE LIMA, J., MARQUES DE OLIVEIRA, N., BARBOSA, J. L. A., RANDOLPH, R.. DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE SABER?. Revista Brasileira De Gestão E Desenvolvimento Regional, 18(1), 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i1.6383>. Acesso em mar. de 2022.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

